

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas

INCIDENTES DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (TJES)

Atualizado em 14/08/2026

Número	Distribuição	Processo Paradigma	Questão Submetida a Julgamento	Referência Legislativa	Situação
15	07/12/2017	0020701-43.2017.8.08.0048	A possibilidade de transfusão de sangue em paciente adulto e capaz que manifestou explicitamente discordância, por motivo de crença religiosa.	N/C	Transitado em Julgado
25	05/09/2016	0049448-47.2014.8.08.0035	Possibilidade, ou não, da execução provisória da pena após a manutenção da condenação do acusado em grau recursal.	Artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal	Não Admitido
26	06/07/2017	0001838-63.2008.8.08.0045	Possibilidade de aplicação, no processo penal, da "Teoria da Causa Madura", para que o Tribunal proceda, desde logo, à individualização da pena nos casos de anulação, por carência de motivação, do capítulo da sentença condenatória referente à dosimetria, com fulcro no artigo 1.013, §3º, inciso IV do Código de Processo Civil.	Artigo 1.013, §3º, inciso IV do Código de Processo Civil	Não Admitido
27	01/06/2017	0013625-15.2017.8.08.0000	Definição acerca da legitimidade ativa do Parquet para postulação de dano moral coletivo em decorrência da maculação da imagem da entidade de direito público.	Lei nº 13.105/15	Não Admitido
32	16/08/2016	0000571-61.2003.8.08.0003	Possibilidade de aplicação, no processo penal, da "Teoria da Causa Madura" positivada pelo Código de Processo Civil, sobretudo quando o Tribunal declarar a nulidade de sentença por falta de fundamentação.	Artigo 1.013, § 3º, inciso IV, do Código de Processo Civil/2015	Transitado em Julgado

35	25/06/2018	0016537-48.2018.8.08.0000	O processo trata de suposto abuso de direito (ofendendo a honra) em divergência com liberdade de manifestação, art. 188 da CF, e a intervenção da instituição na defesa do direito de prerrogativa da associada.	Artigo 188, da Constituição Federal	Não Admitido
42	30/11/2018	0034737-06.2018.8.08.0000	Aplicabilidade ou não do art. 54 da Lei 9784/99 (decadência administrativa) para a revisão de ato de nomeação de Professor Pedagogo no 2º cargo público quando demonstrada a sua boa-fé e a dubiedade da legislação de regência; Legalidade ou ilegalidade do acúmulo de 02 cargos de professor pedagogo perante o texto constitucional.	Artigo 54 da Lei nº 9.784/99	Não Admitido
46	03/06/2019	0033913-09.2017.8.08.0024	A (i)legalidade do tratamento tributário diferenciado quanto à tributação do ICMS, em razão da origem da mercadoria e, consequentemente, de usufruir dos benefícios fiscais veiculados pelos Decretos nºs 3.998-R/2016, 3.986-R/2016 e 3.991-R/2016 e, do inciso LXXI, do artigo 70, do capítulo VII do RICMS/ES.	Decretos nºs 3.998-R/2016, 3.986-R/2016 e 3.991-R/2016 e, inciso LXXI, do artigo 70, do capítulo VII do RICMS/ES.	Não Admitido
63	11/02/2021	0002885-08.2018.8.08.0050	Possibilidade dos reeducados trabalharem aos domingos e feriados, bem como determinar a obrigatoriedade do comparecimento ao local de trabalho, independente da localidade em que resida, durante o gozo do benefício da saída temporária, e se o não comparecimento importará em falta grave.	Artigo 28, §2º da Lei de Execução Penal	Não Admitido
79	21/10/2022	0004174-87.2022.8.08.0000	Qual o significado da expressão "em estabelecimentos de educação infantil ou de ensino fundamental e médio" para fins de concessão do benefício previdenciário especial destinado aos profissionais que exercem a atividade típica de magistério em regência de classe?	Lei nº 11.301/2006	Não Admitido

89	14/07/2023	0002203-33.2023.8.08.0000	Fixação de tese jurídica de observância obrigatória no que tange a processos que envolvam concursos públicos que contenham decisão quanto à extensão de efeitos de 'writ' individual impetrado por outro candidato em concurso público, respeito aos limites do pedido autoral e aos drásticos efeitos práticos de decisão que afeta diretamente a administração interna de ente público.	Artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	Não Admitido
121	29/06/2025	0001227-55.2025.8.08.0000	Legitimidade do protesto de duplicata contra fiador em contrato de franquia.	Artigo 947 do Código de Processo Civil	Não Admitido
122	20/05/2026	5010401-66.2026.8.08.0000	Validade ou invalidade do exame psicossomático previsto no Edital nº 03/2018 do Concurso para o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.	Edital nº 03/2018 referente ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo	Suscitado
123	10/07/2026	5010476-08.2026.8.08.0000	Possibilidade de cumulação de Certidões de Dívida Ativa em um único processo de execução fiscal, todos relacionados a sanções administrativas decorrentes do exercício do poder de polícia municipal em matéria de defesa do consumidor e em face do mesmo sujeito passivo.	Artigo 202 do Código Tributário Nacional	Suscitado
